etrônico

Estratégia
CONCURSOS

Aul

Passo Estratégico de Administração Pública p/ TCM-SP (Agente de Fiscalização - Administração) - 2019

Professor: Gustavo Garcia, Vinicius Rodrigues de Oliveira

Reforma do Aparelho do Estado

1 – Apresentação 2

2 – Análise Estatística 4

3 – Análise das Questões 5

3.1 – Reforma do Aparelho do Estado.....5

4 – Questionário de Revisão..... 14

5 – Conclusão..... 27

1 – APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo bem?

Meu nome é **Gustavo Garcia,** sou Auditor-Fiscal da RFB, aprovado no concurso de 2009, Coach do Estratégia Concursos e Analista das disciplinas Administração Geral e Pública do Passo Estratégico.

E eu sou **Vinícius de Oliveira,** Analista do Passo Estratégico das disciplinas Administração Geral e Pública e Legislação Aduaneira. Sou Auditor-Fiscal da RFB, também aprovado no concurso de 2009.

Hoje daremos início ao **Passo Estratégico de Administração Pública** para o cargo de **Agente de Fiscalização (Administração) do TCM/SP.**

Creio que muitos de vocês já conheçam o "Passo", no entanto vamos aproveitar esse **relatório inicial** para darmos uma breve visão como analistas, coaches e, principalmente, como concurseiros do que é e de como o "Passo" pode te ajudar no caminho até a conquista do cargo público.

Temos notado que na elaboração das provas as bancas de concursos têm se especializado em explorar cada vez mais as diversas fontes de informação existentes, seja na doutrina especializada, nos incontáveis atos normativos legais ou infralegais, na jurisprudência, em periódicos, ou seja, em qualquer fonte que contenha conteúdo "cobrável" em prova.

Com isso, os materiais destinados a concursos têm ficado cada vez extensos, inflados, pois precisam contemplar todas essas atualizações e, por uma questão de responsabilidade e compromisso com o candidato, manter o conteúdo já cobrado no passado.

Os cursos do Estratégia já têm essa preocupação em dar destaque aos assuntos e pontos da matéria que estão sendo cobrados com mais frequência nos concursos. No entanto, devido ao enorme volume de informações necessárias para cobrir todo o edital, é comum que o aluno ainda se sinta inseguro acerca daquilo que efetivamente deve guardar para a prova, daquele núcleo de conhecimento que lhe proporcionará uma pontuação competitiva para a aprovação.

E é nesse contexto que enxergamos as duas primeiras grandes vantagens do "Passo". A primeira é a **possibilidade de identificar, com base em análise estatística real, consistente, com que frequência e aprofundamento determinado assunto da disciplina está sendo cobrado nas provas para o cargo almejado e nas demais provas organizadas pela banca examinada.**

Vejam que esse tipo de informação pode ser determinante para a sua aprovação, pois o exame em conjunto do conteúdo dos relatórios de todas as disciplinas permite que o aluno

faça a escolha mais racional dentre as possíveis, quando considerado o tempo disponível para o estudo até a data da prova.

Dessa forma, o aluno poderá contar com todas as informações necessárias para que possa – se for preciso - privilegiar uma disciplina ou um assunto de uma determinada disciplina em detrimento de outros. **E isso pode ser a diferença entre conquistar ou não a vaga almejada**.

A segunda vantagem é um desdobramento da primeira: trata-se da inédita **possibilidade de irmos uma camada mais fundo no nosso filtro e identificar, dentro de cada assunto do edital examinado, quais pontos são preferidos e de que forma são cobrados pela banca**.

É isso mesmo que você acabou de ler, **sempre que for possível ou relevante**, não nos limitaremos a reconhecer que o assunto X foi cobrado com maior frequência que o assunto Y. Vamos mostrar de que forma foi cobrado e, sempre que possível, quais pontos dentro daquele assunto são preferidos pela banca. Acreditem, em algumas provas o estudo de 3 ou 4 pontos (não falo de itens do edital e sim de pontos – subitens), já garantiria 70 a 80% de rendimento na disciplina. Um candidato com bom senso e preparo acertaria as demais questões mesmo sem ter estudado a fundo o assunto. **É esse tipo de percepção que buscamos proporcionar.**

Costumo dizer que o estudo para concursos públicos deve ser feito em camadas, ou seja, na primeira leitura o candidato deve se preocupar em aprender o núcleo essencial da matéria e não esgotar completamente a matéria. Nas leituras seguintes, deve progressivamente ir se aprofundando nos detalhes absorvidos até chegar em um nível de conhecimento acumulado que seja satisfatório para a preparação escolhida.

O *Passo Estratégico* expõe essas camadas para o aluno, deixa claro qual conteúdo deve ser priorizado em um primeiro momento e quais conteúdos merecerão atenção – se for o caso – em momento posterior. O aluno que, por falta de tempo ou opção estratégica de preparação, optar por ir para a prova com um conhecimento básico saberá com precisão até que ponto deve se dedicar à disciplina. E diria que o mesmo serve para o aluno que quer chegar com o conteúdo avançado, ou seja, até onde vale a pena adquirir conhecimento na disciplina.

Percebam que um levantamento desse tipo, com esse nível de detalhes, é algo inédito, um verdadeiro raio-x do edital. Apesar de tomarmos como referência a última prova do cargo almejado, também nos preocupamos com o passado e com as demais provas organizadas pela banca, incluindo as mais recentes. Isso **nos permitiu perceber o comportamento atual da banca** e, a depender do caso, sugerir possíveis novidades em futuros editais.

Além disso, o Passo Estratégico também trará **simulados periódicos com questões inéditas** e será uma grande ferramenta para que o aluno possa **orientar as suas futuras revisões da disciplina**. Em suma, o "Passo" servirá como um **roteiro para a preparação dos alunos iniciantes** e como um **bom plano de revisão para os mais experientes**!

Por fim, é importante ter em mente que **o material do Passo Estratégico não substitui o estudo do conteúdo regular da disciplina**. Portanto, esse material deverá ser utilizado de forma complementar ao estudo regular, preponderantemente para **revisões**, para **aprimoramento final** e para identificar **o que não poderá "de jeito nenhum" ser esquecido ou deixado para trás**, tudo bem?

Vamos ao relatório?

2 – Análise Estatística

Antes de iniciarmos a análise estatística propriamente dita, achamos interessante neste **primeiro relatório** fazer alguns esclarecimentos acerca dos critérios adotados para o levantamento e manipulação dos dados estatísticos.

Como primeiro ponto, é importante delimitar a amostra utilizada para realizar a presente análise. Para esta análise foram selecionadas as **provas realizadas nos últimos 10 anos pela banca FGV,** cujos editais tinham um grau relevante de similaridade com o nosso.

Além disso, foi necessário levar em consideração o **alto grau de permeabilidade** da disciplina durante o levantamento estatístico. E o que queremos dizer com isso? É que **é muito comum que os conteúdos cobrados "dentro" da disciplina Administração Pública também estejam presentes em outras disciplinas congêneres, tais como Gestão Pública, Administração de RH, Gestão de RH, Gestão de Pessoas, etc. Por essa razão, todas essas provas vieram para estatística.**

No que diz respeito aos dados em si, a disciplina foi dividida em **7 tópicos** (o que resulta em uma distribuição projetada de **14,3% para cada tópico**), aglomerados conforme a incidência e correlação a fim de serem elaborados **os relatórios abordando todo o conteúdo programático**.

Quanto aos tópicos em si, valem as mesmas considerações quanto à permeabilidade da matéria. Em outras palavras, **alguns tópicos aparecem descritos de forma diferente em alguns editais, mas abordam um conteúdo idêntico ou similar.** Para fazer a análise estatística, portanto, aglomeramos esses tópicos conexos para gerar os dados que seguem.

Vamos aos dados estatísticos!

Assunto	Qtde	%
Excelência nos serviços públicos.	82	46,6%
Administração pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático;	23	13,1%

Assunto	Qtde	%
Gestão por resultados na produção de serviços públicos.	23	13,1%
As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado: Reforma do Aparelho do Estado.	16	9,1%
Governabilidade e governança.	14	8,0%
Controle social e cidadania. Accountability. Transparência da administração pública	13	7,4%
Governo eletrônico	5	2,8%
Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, parceria entre governo e sociedade. Formas de parcerias com Organizações sem Fins Lucrativos: Contratos de Gestão, Termos de Parceria, Convênios.	N/A	N/A
	176	**100%**

Na tabela acima são quantificadas as questões que cobraram o assunto em relação ao número total de questões analisadas. O tópico **Reforma do Aparelho do Estado** apresentou **incidência abaixo da média esperada de 14,3% por tópico**.

Contudo, por prudência, recomendamos que o assunto não seja ignorado pelo aluno.

3 – Análise das Questões

Nesta seção faremos a análise de algumas questões de provas anteriores e buscaremos as características que nos ajudem a entender a forma como a banca cobra esse tópico. Vamos às questões.

3.1 – Reforma do Aparelho do Estado

1. (FGV - Agente de Fiscalização (TCM SP)/Administração/2015)

A reforma do aparelho do Estado introduzida pelo Decreto-Lei nº 200 de 1967 trouxe algumas iniciativas no sentido de romper com o modelo burocrático estabelecido por Getúlio Vargas.

A reforma proposta centrava-se em diversos conceitos, EXCETO no de:

a) delegação de competência como instrumento de descentralização administrativa para assegurar rapidez e objetividade;

b) planejamento de ação governamental com base em plano geral e plurianual, programas gerais, setoriais e regionais;

c) execução descentralizada mediante convênio, contratos ou concessões com entes federados e organizações privadas;

d) publicização de serviços públicos para organizações de direito privado como forma de ampliação do atendimento em áreas fundamentais de políticas públicas;

e) controle imediato pela chefia competente para execução e observância de normas, bem como por meio da especificação do TCU como órgão de controle externo.

Comentários

A publicização é instrumento da Reforma Gerencial de 1995, consistente na transformação de organizações de direito privado em organizações públicas não estatais, que passam a executar e gerir os serviços e atividades consideradas não exclusivas do Estado, que passa tão-somente a regular tais atividades.

Gabarito D.

---

2. **(FGV - Auditor Fiscal da Receita Municipal (Angra)/2010)**

O modelo gerencial de administração pública prevê algumas modalidades de atuação do Estado. Nesse sentido, existem atividades exclusivas e não exclusivas consideradas como setores. Com base nisso, analise as afirmativas a seguir:

I. As agências reguladoras são atividades pertencem ao setor não exclusivo.

II. As atividades de pesquisas científicas pertencem ao setor não exclusivo.

III. As agências de financiamento pertencem ao setor exclusivo.

Assinale

a) se somente a afirmativa I estiver correta.

b) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

c) se somente a afirmativa II estiver correta.

d) se somente a afirmativa III estiver correta.

e) se as todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentários

Os quatros setores do Estado, de acordo com o PDRAE, eram:

Setor	Descrição
Núcleo Estratégico	Corresponde ao **governo**, em **sentido lato**. É o setor que **define as leis e as políticas públicas**, e **cobra o seu cumprimento**. É, portanto, o setor onde as decisões estratégicas são tomadas. Corresponde aos **Poderes Legislativo** e **Judiciário**, ao **Ministério Público** e, no poder executivo, ao **Presidente da República**, aos **ministros e aos seus auxiliares e assessores diretos**, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas.
Atividades Exclusivas	É o **setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar**. São serviços em que se exerce o **poder extroverso do Estado** - o poder de **regulamentar**, **fiscalizar**, **fomentar**. Como exemplos temos: a cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc.

Setor	Descrição
Serviços não-exclusivos	Corresponde ao **setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas**. As instituições desse setor **não possuem o poder de Estado**. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem "economias externas" relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus.
Produção de bens e serviços para o mercado	Corresponde à **área de atuação das empresas**. É caracterizado pelas **atividades econômicas voltadas para o lucro** que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, as do setor de infraestrutura. Estão no Estado seja porque faltou capital ao setor privado para realizar o investimento, seja porque são atividades naturalmente monopolistas, nas quais o controle via mercado não é possível, tornando-se necessário no caso de privatização, a regulamentação rígida.

As agências reguladoras pertencem ao setor exclusivo. As demais assertivas estão corretas.

Gabarito B.

---

3. (FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ RJ)/2009)

Com relação às formas de propriedades previstas pelo modelo gerencial de administração pública, analise as afirmativas a seguir:

I. O modelo gerencial prevê a propriedade privada.

II. O modelo gerencial prevê a propriedade pública estatal.

III. O modelo gerencial prevê a propriedade pública não-estatal.

Assinale:

a) se somente a afirmativa I estiver correta.

b) se somente a afirmativa II estiver correta.

c) se somente a afirmativa III estiver correta.

d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentários

Segundo o PDRAE, no **núcleo estratégico** a propriedade tem que ser necessariamente **estatal**.

Nas **atividades exclusivas de Estado**, em que o poder extroverso de Estado é exercido, a propriedade também só pode ser **estatal**.

Já para o **setor não-exclusivo ou competitivo do Estado** a propriedade ideal é a **pública não-estatal**. Não é a propriedade estatal porque aí não se exerce o poder de Estado. Não é, por outro lado, a propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado.

No **setor de produção de bens e serviços para o mercado**, dada a possibilidade de coordenação via mercado, a **propriedade privada é a regra**. A propriedade estatal só se justifica quando não existem capitais privados disponíveis ou então quando existe um monopólio natural.

Gabarito E.

---

4. (FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ RJ)/2008)

A respeito do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e sua lógica, é correto afirmar que:

a) o Objetivo da Reforma do Estado era melhorar as estruturas políticas, dando legitimidade, e, por conseguinte, governabilidade ao modelo.

b) as formas de gestão burocrática representam um atraso crônico que deve ser imediatamente abandonado.

c) o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado foi a primeira iniciativa na direção de uma administração pública descentralizada e voltada para resultados.

d) o diagnóstico identificou que, a partir da Constituição de 1988, deu-se início ao processo de uniformização do tratamento de todos os servidores da administração direta e indireta e que a média de remuneração dos profissionais especializados de nível superior e gerentes era inferior à média de mercado.

e) a forma de gestão típica das atividades exclusivas do Estado deve ser, predominantemente, a burocrática.

Comentários

Destacamos os seguintes trechos do PDRAE, que respondem à questão:

(...) "*O governo brasileiro **não carece de "governabilidade"**, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um **problema de governança**, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas estava limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa" (...)*

*(...) "A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. **Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios**. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático". (...)*

*(...)"**A reforma operada em 1967 pelo Decreto-Lei 200, entretanto, constitui um marco na tentativa de superação da rigidez burocrática, podendo ser considerada como um primeiro momento da administração gerencial no Brasil**. Mediante o referido decreto-lei, realizou-se a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de obter-se maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional". (...)*

*(...)"**No setor das atividades exclusivas** e de serviços competitivos ou não exclusivos, **o importante é a qualidade e o custo dos serviços prestados aos cidadãos**. O princípio correspondente é o da eficiência , ou seja, a busca de uma relação ótima entre qualidade e custo dos serviços colocados à disposição do público. **Logo, a administração deve ser necessariamente gerencial**". (...)*

Gabarito D.

5. (FGV / TJ-PI - Analista Judiciário / Analista Administrativo - 2015)

A reforma do Estado no âmbito do Decreto Lei nº 200/67 é amplamente conhecida pela implantação da noção de administração direta e indireta.

Segundo diversos analistas e estudiosos, dado o conjunto de ações visando a sua implementação, surgiram naquele momento da reforma consequências inadequadas, dentre as quais destaca(m)-se:

a) ampliação do núcleo estratégico do Estado por meio do desenvolvimento da carreira de gestor e ampliação excessiva dos concursos;

b) geração de práticas patrimonialistas na administração indireta por meio de contratações sem concurso público, ocasionando nepotismo;

c) fortalecimento da rigidez excessiva da administração indireta e centralização das ações na administração direta;

d) geração da expansão da administração direta, concentrando nessa a maior parte dos investimentos do governo federal;

e) manutenção de relações pluralistas entre poderes, facilitando a aprovação dos orçamentos submetidos pelo Executivo ao Congresso.

Comentários

A edição do DL nº 200/1967 foi o principal marco legal da reforma de 1967, que surgiu como a **primeira tentativa de se superar a rigidez do modelo burocrático**, iniciado em 1930, no governo Vargas. É considerada, portanto, **o primeiro momento da administração gerencial do país**, nos termos do PDRAE. Os princípios norteadores da reforma de 1967 estão **previstos no ainda vigente art. 6º do DL nº 200/1967**: I – Planejamento; II – Coordenação; III – Descentralização; IV - Delegação de Competência; e V – Controle.

No art. 10 do DL nº 200/1967 está previsto que a execução das atividades da Administração Federal **deverá ser amplamente descentralizada**. A descentralização será posta em prática em **três planos principais**:

- **dentro dos quadros da Administração Federal**, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;
- **da Administração Federal para a das unidades federadas**, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;
- **da Administração Federal para a órbita privada**, mediante contratos ou concessões.

A **expansão em demasia da administração indireta**, sem dispensar atenção à administração direta:

- **Salientou a diferença** entre a moderna e ágil administração indireta e rígida e burocrática administração direta;
- O que **gerou tensão** entre os órgãos centrais e as entidades da administração indireta.
- Com a descentralização, a administração indireta ganhou **grande autonomia**, o que abriu oportunidade para a **práticas clientelistas e patrimonialistas**.
- A expansão em demasia da administração indireta e o excesso de autonomia deram causa a **perda do controle por parte do governo**.

Gabarito: B

---

6. (FGV / IBGE - Analista - Planejamento e Gestão - 2016)

A trajetória histórica da Administração Pública no Brasil, após 1930, revela um conjunto de fatores que justificaram a criação e a implementação do modelo gerencial a partir de meados da década de 90.

A justificativa para a adoção do modelo gerencial NÃO pode ser atribuída:

a) à crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado;

b) à dificuldade em administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar;

c) ao esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado;

d) à falência da estratégia de substituição de importações;

e) à necessidade de fortalecer o papel do Estado como responsável pelo desenvolvimento econômico e social.

Comentários

Pelo contrário, de acordo com Bresser Pereira (PDRAE - 1995), com a reforma, o Estado deve **deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social** pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Gabarito: E

---

7. (FGV / DPE-RO - Analista em Administração - 2015)

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foram previstas algumas mudanças institucionais relacionadas à ação do Estado. Dentre elas, destacou-se à época a

estratégia de publicização, visando à criação das Organizações Sociais que atuariam no setor do Estado denominado:

a) Institucional-Legal;

b) Núcleo Estratégico;

c) Atividades Exclusivas;

d) Serviços Não-Exclusivos;

e) Bens e Serviços para o Mercado.

Comentários

A publicização é instrumento da Reforma Gerencial de 1995, consistente na transformação de organizações de direito privado em organizações públicas não estatais, que passam a executar e gerir os serviços e atividades consideradas não exclusivas do Estado, que passa tão-somente a regular tais atividades.

Gabarito: D
Gabarito: E

---

8. (FGV / PGE-RO - Analista da Procuradoria - 2015)

A reforma do Estado no Brasil na implantação do modelo gerencial, durante a década de 90, envidou esforços no sentido de:

a) definir racionalmente funções e responsabilidades por leis ou regulamentos;

b) aumentar os custos da máquina administrativa contratando novos servidores civis;

c) estabelecer rotinas e procedimentos padronizados, visando previsibilidade e formalismo;

d) instituir um novo desenho de estruturas descentralizadas, buscando eficiência e profissionalização;

e) organizar o trabalho de forma estável e duradoura em funções especializadas.

Comentários

A reforma contida no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) tinha como objetivos:

- **Aumentar a governança do Estado**, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos.
- **Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias**, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada.

- **Transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local:** só em casos de emergência cabe a ação direta da União.
- **Transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional**, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União.

Gabarito: D

4 – QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

Nesta seção, iremos apresentar os principais pontos dos tópicos organizados em forma de questionário com o objetivo de servir como **orientação de estudo**. A ideia é que cada pergunta sirva como uma etapa do roteiro de revisão para o aluno. Assim, tendo encontrado as respostas para as questões apresentadas, o aluno terá percorrido as **partes mais relevantes do respectivo assunto**. Funciona, portanto, como um *checklist,* com respostas simples, que devem ser guardadas pelo candidato.

Questionário

1. **Caracterize brevemente a administração pública no período conhecido como *República Velha* no Brasil.**
2. **Quanto à reforma administrativa da década de 30, cite: em qual governo ocorreu; suas principais características; e qual a principal medida associada ao período.**
3. **Contextualize a origem do DASP e sua função e objetivos no âmbito da reforma administrativa da década de 30.**
4. **Como se dava a atuação do DASP no âmbito da reforma da década de 30?**
5. **A atuação da DASP logrou êxito em efetivamente se estender a toda administração pública?**

6. **Como se deu o enfraquecimento do DASP?**
7. **Caracterize a administração pública brasileira no período conhecido como *Administração para o Desenvolvimento*, e cite as principais mudanças propostas.**
8. **No que consistia o termo "Administração Paralela", surgido no governo JK?**
9. **O que significa o termo ilhas de excelência? Como isso contribuiu para o esgotamento do modelo burocrático vigente?**
10. **Em que contexto surge a Reforma de 1967?**
11. **Qual era a principal proposta da reforma de 1967?**
12. **Quais princípios norteavam a reforma de 1967?**
13. **De que forma se deu a descentralização na reforma de 1967?**
14. **Quais efeitos decorreram do incentivo à descentralização?**
15. **Em que contexto foi criado o Programa Nacional de Desburocratização?**
16. **Quais foram os objetivos e principais medidas do Programa Nacional de Desburocratização?**
17. **Explique o termo *retrocesso burocrático* trazido pela CF/88**
18. **Quais eram os objetivos e as principais medidas promovidas pela reforma realizada durante o governo Collor?**
19. **Em que contexto surge a reforma de 1995? Qual a principal medida associada ao período?**
20. **É correto dizer que o PDRAE buscava enfrentar a falta de governabilidade do governo?**
21. **Quais eram os objetivos globais do PDRAE?**
22. **Segundo o PDRAE, quais eram os quatro setores do Estado?**
23. **Segundo o PDRAE, quais são os tipos de gestão aplicados em cada um dos setores do Estado?**
24. **Segundo o PDRAE, quais são os tipos de propriedade em cada um dos setores do Estado?**
25. **Quais os objetivos para cada um dos setores do Estado?**

---

1. **Caracterize brevemente a administração pública no período conhecido como *República Velha* no Brasil.**

A administração pública no período conhecido como **República Velha**, que engloba o período entre o ano de 1889 (Proclamação da República) e 1930 (início da Era Vargas), ficou fortemente marcada pelo domínio do **Patrimonialismo** e do **Clientelismo**.

A **oligarquia agrária dominava** o cenário político e sua influência garantia **privilégios indevidos dentro da administração pública** em contexto em que o **poder central era muito menor** do que o atual, com **maior autonomia dos estados**.

Nesse período, duas experiências dentro da administração pública se destacaram: o **desenvolvimento das carreiras militares** e **do corpo diplomático**.

2. **Quanto à reforma administrativa da década de 30, cite: em qual governo ocorreu; suas principais características; e qual a principal medida associada ao período.**

A reforma administrativa dos **anos 30** é conhecida como a ***Era Vargas***, ocorrida no governo do presidente Getúlio Vargas, se iniciou em 1930 e teve fim em 1945.

Tinha como **objetivo cessar com as práticas patrimonialistas** predominantes àquela época e **dar início a uma gestão burocrática** no Brasil, nos moldes weberianos.

Suas principais características foram: a **centralização do poder na União**; a **modernização da máquina pública** brasileira promovida pelo DASP (criado em seu governo); **incentivo ao desenvolvimento econômico** por meio da **industrialização** e da **intervenção econômica**, com práticas **protecionistas**.

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) é a maior marca da reforma.

3. **Contextualize a origem do DASP e sua função e objetivos no âmbito da reforma administrativa da década de 30.**

O **DASP surge efetivamente em 1938** (originado do Conselho Federal do Serviço Público Civil, de 1936) como uma demanda necessária à **entrada do Estado brasileiro em uma nova era de industrialização e de desenvolvimento capitalista**.

O DASP foi o **órgão que formulou e executou as mudanças na administração pública no período Vargas** e tinha como objetivos principais:

- a **racionalização de métodos, processos e procedimentos**;
- a **definição da política de recursos humanos, de compra de materiais e finanças;** e a
- **centralização e reorganização da administração pública federal**.

4. Como se dava a atuação do DASP no âmbito da reforma da década de 30?

A atuação do DASP era pautada nos princípios da Administração Científica (**Planejamento**, **Preparo**, **Controle** e **Execução**) e se deu nas seguintes frentes:

- **Criação de órgãos formuladores de políticas públicas**;
- **Expansão de órgãos da administração direta**; e
- **Expansão das atividades empresariais do Estado**.

5. A atuação da DASP logrou êxito em efetivamente se estender a toda administração pública?

O DASP foi o órgão que **formulou e executou as mudanças** na administração pública no período Vargas, no entanto **suas mudanças não alcançaram toda a administração pública**.

Carreiras e setores determinantes para o projeto de Estado pensado foram contemplados pelas novas práticas implementadas com a reforma. Outros grupos menos relevantes foram deixados de lado. Assim, **práticas patrimonialistas ainda conviviam com as novas práticas burocráticas**.

6. Como se deu o enfraquecimento do DASP?

A **atuação do DASP dependia do apoio de Getúlio** e seu autoritarismo. Com a saída de Vargas, tem-se um novo regime democrático no qual **o DASP perde consideravelmente a capacidade de proceder às mudanças.**

Como resultado, **não foi possível completar a reforma (não significa dizer que a reforma foi revertida)**.

7. Caracterize a administração pública brasileira no período conhecido como *Administração para o Desenvolvimento*, e cite as principais mudanças propostas.

A administração para o Desenvolvimento ocorreu no período de **redemocratização entre o ano de 1946 e o golpe militar de 1964**, durante o **governo de Juscelino Kubitschek**.

Nesse período, a preocupação dos governantes girava em torno do **desenvolvimento nacional**, tendo como principais características o **aumento da intervenção do Estado** na economia e a **descentralização do setor público**, por meio da criação autarquias e sociedades de economia mista (**Administração Paralela**).

8. No que consistia o termo "Administração Paralela", surgido no governo JK?

O termo "Administração Paralela" surgiu para denominar a **solução utilizada no governo de JK** para **contornar os entraves e dificuldades** existentes em certas estruturas da **administração direta**, que ainda sofriam com **práticas patrimonialistas e clientelistas**, bem como com as já notórias **disfunções burocráticas**.

Nesse sentido, ao deparar-se com problemas decorrentes da ineficiência estatal da administração direta, **o governo JK criava novas estruturas estatais paralelas às existentes (normalmente autarquias)**, em vez de adequá-las às novas necessidades do Estado.

9. O que significa o termo ilhas de excelência? Como isso contribuiu para o esgotamento do modelo burocrático vigente?

As **estruturas paralelas** criadas para contornar a ineficiência (ainda) patrimonialista e burocrática da administração direta são o que se chama de **ilhas de excelência**, uma vez que:

- eram dotadas de **maior autonomia gerencial**;
- contavam com **funcionários altamente capacitados**;
- **contratados por mérito**, **sem necessidade de concurso público**; e
- ofereciam **remunerações compatíveis com o mercado**.

Esse **contraste entre a moderna administração paralela e a ineficiente administração direta** evidenciou o quão inadequado era o modelo burocrático para as necessidades da sociedade e do Estado brasileiro.

10. Em que contexto surge a Reforma de 1967?

O governo militar assumiu o poder em 1964 com uma proposta de **modernização do Estado**, de **reequilíbrio da economia** e de **contenção da inflação**, a serem obtidos por meio do plano econômico chamado de **Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)**.

O PAEG tinha como objetivos declarados:

- **acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico** do país interrompido no biênio 1962-1963;
- **conter progressivamente o processo inflacionário** durante 1964 e 1965 objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966;

- **atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais** e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais mediante a melhoria das condições de vida;
- **assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego** produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; e
- **corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos**, que ameaça a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar.

11.Qual era a principal proposta da reforma de 1967?

A edição do DL nº 200/1967 foi o principal marco legal da reforma de 1967, que surgiu como a **primeira tentativa de se superar a rigidez do modelo burocrático**, iniciado em 1930, no governo Vargas. É considerada, portanto, **o primeiro momento da administração gerencial do país**, nos termos do PDRAE.

12.Quais princípios norteavam a reforma de 1967?

Os princípios norteadores da reforma de 1967 estão **previstos no ainda vigente art. 6º do DL nº 200/1967**:

I - **Planejamento**

II - **Coordenação**

III - **Descentralização** ⇐ mais cobrado

IV - **Delegação de Competência**

V – **Controle**

Obs: os artigos 7º a 14 do DL nº 200/1967 tratam de cada um dos princípios acima. Vale uma lida apenas para familiarização, para o caso de uma questão literal, mas com a devida cautela, pois é uma norma de 1967 e há algumas disposições já superadas atualmente.

13.De que forma se deu a descentralização na reforma de 1967?

No art. 10 do DL nº 200/1967 está previsto que a execução das atividades da Administração Federal **deverá ser amplamente descentralizada**.

A descentralização será posta em prática em **três planos principais**:

- **dentro dos quadros da Administração Federal**, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;

- **da Administração Federal para a das unidades federadas**, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;
- **da Administração Federal para a órbita privada**, mediante contratos ou concessões.

14.Quais efeitos decorreram do incentivo à descentralização?

A **expansão em demasia da administração indireta**, sem dispensar atenção à administração direta:

- **Salientou a diferença** entre a moderna e ágil administração indireta e rígida e burocrática administração direta;
- O que **gerou tensão** entre os órgãos centrais e as entidades da administração indireta.

Com a descentralização, a administração indireta ganhou **grande autonomia**, o que abriu oportunidade para a **práticas clientelistas e patrimonialistas**.

A expansão em demasia da administração indireta e o excesso de autonomia deram causa a **perda do controle por parte do governo**.

15.Em que contexto foi criado o Programa Nacional de Desburocratização?

O Programa Nacional de Desburocratização foi criado 1979, no **fim do regime militar**, como uma **nova tentativa** de **superar** as **distorções causadas pelo modelo burocrático**.

16.Quais foram os objetivos e principais medidas do Programa Nacional de Desburocratização?

O programa tinha como objetivos a **simplificação e racionalização de métodos**, buscando tornar os **órgãos públicos menos rígidos**.

Ademais, foi pioneiro na noção de que **a máquina pública deveria ter seu funcionamento voltado ao atendimento das demandas dos cidadãos**.

Teve como proposta a **redução do tamanho do Estado** e iniciou um **processo de privatizações**.

17.Explique o termo *retrocesso burocrático* trazido pela CF/88

A Constituição de 1988 trouxe grandes **mudanças positivas no campo político**, com a **descentralização do poder central**, aumentando a autonomia dos governos estaduais e municipais.

Tendo como premissa a ideia de que a crise do Estado estaria na descentralização em demasia e na autonomia concedida à administração indireta por meio do DL nº 200/1967, foram tomadas medidas no **campo administrativo** que representaram um verdadeiro **retrocesso**:

- **Centralização administrativa**;
- **Redução da autonomia da administração indireta**, tal qual a administração direta;
- **Retorno de ideais burocráticos**, tais como a hierarquia e a rigidez;
- **Criação do regime jurídico único**, com a incorporação de celetistas e estatutários;
- **Criação de privilégios injustificáveis e desproporcionais para servidores**.

18. Quais eram os objetivos e as principais medidas promovidas pela reforma realizada durante o governo Collor?

Em resposta ao crescimento do Estado favorecido pela CF/88, a reforma de Collor, de **viés neoliberal**, teve como **objetivo a redução da presença do Estado na vida social e econômica**.

Teve como medidas a **troca de moeda**, **congelamento e bloqueio de contas**, com **demissões de servidores** em larga escala e **acelerado processo de privatizações**, em **forte arrocho fiscal**.

19. Em que contexto surge a reforma de 1995? Qual a principal medida associada ao período?

Em vista **do retrocesso burocrático** ocorrido com a CF/88, o Estado começou a **perder a sua capacidade de planejar, formular e executar políticas públicas**, ou seja, sofria com uma **crise de governança**, fazendo com que uma **reforma administrativa fosse necessária**.

Com isso, o **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)**, elaborado por **Bresser Pereira**, foi editado com o **objetivo de implantar a administração gerencial** na administração pública brasileira.

Dentre as principais medidas pregadas pelo PDRAE estavam: **aumento da *accountability*** no serviço público, **maior autonomia administrativa** (descentralização), **gestão por resultados** (controle a **posteriori**), **horizontalização de estruturas**, etc.

20. É correto dizer que o PDRAE buscava enfrentar a falta de governabilidade do governo?

Segundo Bresser Pereira, "*O governo brasileiro **não carece de "governabilidade"**, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um **problema de governança**, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas estava limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa*"

21.Quais eram os objetivos globais do PDRAE?

Aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos.

Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada.

Transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local: só em casos de emergência cabe a ação direta da União.

Transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União.

22.Segundo o PDRAE, quais eram os quatro setores do Estado?

Setor	Descrição
Núcleo Estratégico	Corresponde ao **governo**, em **sentido lato**. É o setor que **define as leis e as políticas públicas**, e **cobra o seu cumprimento**. É, portanto, o setor onde as decisões estratégicas são tomadas. Corresponde aos **Poderes Legislativo** e **Judiciário**, ao **Ministério Público** e, no poder executivo, ao **Presidente da República**, aos **ministros e aos seus auxiliares e assessores diretos**, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas.

Setor	Descrição
Atividades Exclusivas	É o **setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar**. São serviços em que se exerce o **poder extroverso do Estado** - o poder de **regulamentar**, **fiscalizar**, **fomentar**. Como exemplos temos: a cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc.
Serviços não-exclusivos	Corresponde ao **setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas**. As instituições desse setor **não possuem o poder de Estado**. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem "economias externas" relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus.

Setor	Descrição
Produção de bens e serviços para o mercado	Corresponde à **área de atuação das empresas**. É caracterizado pelas **atividades econômicas voltadas para o lucro** que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, as do setor de infraestrutura. Estão no Estado seja porque faltou capital ao setor privado para realizar o investimento, seja porque são atividades naturalmente monopolistas, nas quais o controle via mercado não é possível, tornando-se necessário no caso de privatização, a regulamentação rígida.

23. Segundo o PDRAE, quais são os tipos de gestão aplicados em cada um dos setores do Estado?

No **núcleo estratégico**, em que o essencial é a correção das decisões tomadas e o princípio administrativo fundamental é o da efetividade, é mais adequado que haja um **misto de administração pública burocrática e gerencial**.

No setor das **atividades exclusivas e de serviços competitivos ou não exclusivos**, o importante é a qualidade e o custo dos serviços prestados aos cidadãos. O princípio correspondente é o da eficiência. Logo, a **administração deve ser necessariamente gerencial**.

O mesmo se diga, obviamente, do **setor das empresas**, que, enquanto estiverem com o Estado, deverão obedecer aos **princípios gerenciais de administração**.

24. Segundo o PDRAE, quais são os tipos de propriedade em cada um dos setores do Estado?

No **núcleo estratégico** a propriedade tem que ser necessariamente **estatal**.

Nas **atividades exclusivas de Estado**, em que o poder extroverso de Estado é exercido, a propriedade também só pode ser **estatal**.

Já para o **setor não-exclusivo ou competitivo do Estado** a propriedade ideal é a **pública não-estatal**. Não é a propriedade estatal porque aí não se exerce o poder de Estado. Não é, por outro lado, a propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado.

No **setor de produção de bens e serviços para o mercado**, dada a possibilidade de coordenação via mercado, a **propriedade privada é a regra**. A propriedade estatal só se justifica quando não existem capitais privados disponíveis ou então quando existe um monopólio natural.

25.Quais os objetivos para cada um dos setores do Estado?

Núcleo Estratégico

- **Aumentar a efetividade do núcleo estratégico;**
- **Modernizar a administração burocrática**, que no núcleo estratégico ainda se justifica pela sua segurança e efetividade;
- **Dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial** para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas.

Atividades Exclusivas

- **Transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas**, administradas segundo um contrato de gestão;
- Para isto, **substituir a administração pública burocrática**, rígida, voltada para o controle a priori dos processos, **pela administração pública gerencial**, baseada no controle a posteriori dos resultados e na competição administrada;
- **Fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular** tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas, viabilizando o controle social das mesmas.

Serviços Não-exclusivos

- **Transferir para o setor publico não-estatal estes serviços, por meio de um programa de "publicização"**, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais;
- Lograr, assim, uma **maior autonomia e uma consequente maior responsabilidade para os dirigentes** desses serviços;
- Lograr adicionalmente um **controle social direto desses serviços por parte da sociedade** por meio dos seus conselhos de administração.
- Lograr, finalmente, uma **maior parceria entre o Estado, a própria organização social e a sociedade**;
- **Aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços**, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor.

Produção para o Mercado

- Dar **continuidade ao processo de privatização** por meio do Conselho de Desestatização;
- **Reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação** dos monopólios naturais que forem privatizados;
- Implantar **contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas**.

Observações:

- Quadro resumo setores do Estado x Gestão x Propriedade, retirado do PDRAE:

	Estatal	Pública Não Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
NÚCLEO ESTRATÉGICO Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Ministério Público	●			●	
ATIVIDADES EXCLUSIVAS Regulamentação Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Seguridade Social Básica	●				●
SERVIÇOS NÃO-EXCLUISVOS Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus	Publicização →	●			●
PRODUÇÃO PARA O MERCADO Empresas Estatais		Privatização →	●		●

- As respostas às questões que tratam do PDRAE foram, na sua maioria, retiradas na íntegra do referido plano em vista de sua relevância.

5 – CONCLUSÃO

Prezados, encerramos aqui o nosso primeiro **Passo Estratégico de Administração Pública** para o cargo de **Agente de Fiscalização (Administração) do TCM/SP**.

Bons estudos!

Um grande abraço,

Gustavo Garcia
Instagram: @profgustavogarcia
Para acessar meus artigos, clique aqui.

Vinícius de Oliveira

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.